

Os velhos livros do vestibular da Fuvest

Por **José Godoy**

Neste domingo, quase 160 mil jovens começam a pôr à prova seu futuro acadêmico na edição 2013 do vestibular da Fuvest. Em meio ao amplo programa de estudos coligido e editado por colégios, cursinhos e aulas de reforço, uma lista de nove livros terá a função de condensar as literaturas brasileira e portuguesa. Obras que a cada ano reafirmam um determinado recorte histórico e ideológico que, sem maiores questionamentos, paira sobre nossos estudantes.

São ideias sobre o país que se repetem com o status de verdade, dando sustentação formal ao pragmatismo de nosso processo educacional, que ainda insiste na divisão e categorização do conhecimento em caixas estanques, não intercambiáveis.

Afora o reducionismo e os modelos datados que ampliam ainda mais o isolamento dos estudos literários, a era digital e seus novos modos narrativos vêm tornando ainda mais complexo o contato com esses conteúdos. Nesse ambiente de mudanças rápidas e intensas, a lista de livros do vestibular da Fuvest ainda se mantém como um núcleo incontornável no contato com a literatura em nossas grades escolares.

Porém, o que poderia ser fonte de estímulos se dilui em comodismo. Na avaliação vigente, dominar tramas, personagens, contextos históricos e sociais das obras sugeridas por nossos vestibulares, somado a um mínimo de fundamentos formais, equivale a uma aptidão. Ao mesmo tempo, a cada vestibular, reforça-se a ideia de que a lista condense o que há de mais relevante em nossa historiografia literária. Um efeito de curadoria, em que inclusões e exclusões são reproduzidas como aval crítico. De quebra, num país em que perto de um terço do mercado editorial depende de compras governamentais, tem-se aí uma importante fonte de receitas em nossa cadeia produtiva.

Analisar a lista é no mínimo um modo de depreender processos e escolhas que passam à margem de nosso parco debate cultural. E que desde 2007, quando USP e Unicamp uniram as obras sugeridas por seus programas, aumentaram ainda mais o seu alcance.

As relações anteriores de ambas instituições não diferiam muito da atual. Parte considerável das obras aparecia simultaneamente nas duas relações, e com a exceção de autores contemporâneos lusos, como José Saramago e António Lobo Antunes, que chegaram a ser selecionados pela universidade campineira, de resto repercutiam propostas muito similares em suas justificativas.

A lista unificada vem mantendo duração trienal. Na primeira (vestibulares 2007, 2008 e 2009), além de três obras portuguesas, deveriam ser de domínio dos estudantes: "Memórias de um Sargento de Milícias" (publicado em 1854), de Manuel Antônio de Almeida; "Iracema" (1865), de José de Alencar; "Dom Casmurro" (1899), de Machado de Assis; "Vidas Secas" (1937), de Graciliano Ramos; "A Rosa do Povo" (1945), de Carlos Drummond de Andrade; e "Sagarana", de João Guimarães Rosa, publicado em 1946. Essa lista foi substituída no começo de 2009 por uma nova relação, destinada ao triênio 2010, 11 e 12. Nela eram mantidas as obras de Alencar, Machado, Manuel Antônio de Almeida e Graciliano. Já "A Rosa do Povo" perdia seu espaço para a "Antologia Poética" de Vinicius de Moraes (1954), e uma das obras portuguesas foi substituída por "O Cortiço" (1890), de Aluísio Azevedo. Por fim, a última lista, que baliza a prova do atual vestibular (2013) e dos próximos dois anos (14 e 15), traz quatro alterações, três de obras brasileiras. "Dom Casmurro" foi substituída por "Memórias Póstumas de Brás Cubas" (1881), "Iracema" por "Til" (1872), do mesmo Alencar, e a antologia de Vinicius de Moraes devolve a vaga que parece destinada à poesia do século XX a Carlos Drummond de Andrade, com seu "Sentimento do Mundo", de 1940.

Como se pode observar, são alterações mínimas. O corpo segue mantido, intacto, fixando-se como uma espécie de cânone dentro do cânone de nossa literatura. Excluindo-se a seleção portuguesa, resume-se a seis obras que, ao longo dos anos, para duas das mais importantes universidades do país, representam a produção de literatura no Brasil. Uma lista não só modesta em quantidade, mas ainda mais em sua diversidade.

Esses livros foram produzidos num período restrito de não mais de 80 anos, e seu corpo principal comprime-se em não mais de quatro décadas do século XIX. O que essas obras expõem merece atenção detida. Nelas, o Brasil apresentado já nasce emancipado de Portugal, mas não há uma única perspectiva sobre o país que emerge após a Segunda Guerra. Contempla-se uma nação rural (nenhuma das obras é contemporânea do país predominantemente urbano consolidado a partir dos anos 1950), em que o Rio, capital federal, contrasta com seu entorno precário. São Paulo, como metrópole, não pode sequer ser pressentida nessas visões. Tampouco as diversas reorganizações geopolíticas europeias, o amplo conflito ideológico que dominou o século XX e teve entre suas consequências uma ditadura de mais de duas décadas no país.

A redemocratização, a explosão da violência urbana, nada disso será encontrado nessas representações do Brasil em sua literatura. Assim como a reorganização de seus estratos sociais nas últimas décadas, que, entre suas consequências, vem permitindo o ingresso na universidade pública de parte dos atuais vestibulandos. Isso sem se aprofundar em questões críticas e formais: estilos, rompimentos estéticos, obras que passam por reavaliações ao longo do tempo e seguem sendo descartadas.

O porquê dessas escolhas é uma pergunta mais que pertinente e deveria ser reiterada por nossos futuros universitários. Pode-se listar algumas hipóteses, mas todas apontam numa mesma direção. Esses livros reforçam uma determinada concepção, formalizada em meados do século passado, sobre nossa história literária, que reflete uma tentativa de explicação do país. Um sistema baseado na evolução de nossa literatura que teria seu ápice justamente no século XIX, na imbricação do que se convencionou chamar de nosso romantismo e a representação realista. Segundo essa interpretação, esse é o momento de fixação literária de um caráter nacional. O amadurecimento de mentalidades que darão corpo a uma ideia unificada de nação, um corpo coeso chamado identidade nacional, uma afirmação das especificidades do componente local.

Esse corte de repertório, baseado nessa perspectiva histórica, é referendado por essas universidades como fato, sem margens a dissensões ou leituras opostas a esse projeto. E torna-se protagonista dessas avaliações, praticamente monopolizando suas questões. Algo no mínimo discutível tanto do ponto de vista pedagógico quanto democrático. Amparado pela ausência de contradições e pela ideia de que a história não se permite influenciar pelo presente, por possíveis releituras de seus fatos e obras artísticas.

É esse modelo que é espelhado por toda uma ampla cadeia de complexa capilaridade em nosso sistema educacional. Colégios, cursinhos, professoras em sala de aula, que reforçam essa concepção, estabelecendo-a como parâmetro coletivo - quem não cabe na hipótese não cabe nessa história e não repercute nos materiais didáticos.

Se por um lado o papel secundário da literatura (e do livro) no país é reproduzido no vestibular, em sua meia dúzia de questões anuais, a materialidade movediça da arte literária não é lugar para ideias redutoras. Por mais que os resumos que circulam na internet apontem para o esvaziamento de seus efeitos, a literatura brasileira possui uma razoável quantidade de obras capazes de tratar em suas estruturas das tensões estéticas, formais, históricas e sociais que tornariam qualquer escolha complexa, qualquer teoria no mínimo questionável. Tratá-las com um estatuto de base científica, em que hipóteses se assemelham a leis da física, é o primeiro exemplo que mestres conscientes, não obstante as pressões a que são submetidos por nossa neurótica avaliação educacional, deveriam apresentar como exemplo prático do que deve ser questionado.

José Godoy é escritor, editor e comentarista da rádio CBN